REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

DA MISCIGENAÇÃO SANGRENTA À FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: MONOPARENTALIDADE FEMININA NO BRASIL DESDE O PERÍODO COLONIAL

FROM BLOODY MISCEGENATION TO THE FEMINIZATION OF POVERTY: FEMALE SINGLE PARENTHOOD IN BRAZIL SINCE THE COLONIAL PERIOD

DEL MESTIZAJE SANGRIENTO A LA FEMINIZACIÓN DE LA POBREZA: LA MONOPARENTALIDAD FEMENINA EN BRASIL DESDE EL PERÍODO COLONIAL

Vlaís Monteiro Pereira
Doutoranda em Administração
Universidade de Fortaleza - Unifor, Brasil
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3392-7625
E-mail: Vlaismonteiro@hotmail.com.

Danielle Costa de Souza Simas
Doutoranda em Direito Ambiental,
Universidade do Estado do Amazonas, UEA, Brasil
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6104-3563
E-mail: dani_souza1403@hotmail.com

Aldo Ramos da Silva Jr
Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos
Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Brasil
Orcid: https://orcid.org/0009-0000-7570-553X
E-mail: ramoscav04@hotmail.com

Resumo

Este artigo sustenta que a feminização da pobreza no Brasil, especialmente entre mulheres negras e indígenas, não pode ser compreendida apenas como fenômeno contemporâneo, mas como desdobramento de longa duração da ordem colonial. Há três processos historicamente conectados que estruturam esse quadro: a miscigenação produzida, em grande medida, por violência sexual colonial dirigida a mulheres negras e indígenas; a formação, desde o Brasil Colônia, de arranjos familiares marcados pela monoparentalidade feminina, em que essas mulheres chefiavam sozinhas filhos classificados como “bastardos” ou ilegítimos pela ordem jurídica; e a feminização atual da pobreza, que recai de forma desproporcional sobre suas descendentes. Com base em pesquisa qualitativa de natureza teórico-documental, desenvolvida mediante revisão bibliográfica e análise documental de orientação histórico-estrutural, ancorada na perspectiva interseccional, o estudo examina a continuidade entre violência sexual colonial, monoparentalidade feminina e desigualdades contemporâneas de raça, gênero e classe. Dados da PNAD 2022 indicam que mulheres negras chefiam 28,37% dos domicílios brasileiros e têm renda per capita média de R$ 973,00, enquanto domicílios chefiados por homens brancos alcançam R$ 2.480,00. Evidências

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

genômicas mostram que 71% das linhagens paternas brasileiras são europeias, ao passo que 77% das maternas têm origem africana ou indígena. A feminização da pobreza expressa a atualização de uma hierarquia colonial que permanece em operação.

Palavras-chave: interseccionalidade; feminização da pobreza; miscigenação; monoparentalidade feminina; violência sexual.

Abstract

This article argues that the feminization of poverty in Brazil, especially among Black and Indigenous women, cannot be understood merely as a contemporary phenomenon, but rather as a long-term consequence of the colonial order. Three historically connected processes structure this context: miscegenation produced, to a large extent, by colonial sexual violence against Black and Indigenous women; the formation, since Colonial Brazil, of family arrangements marked by female-headed single parenthood, in which these women raised alone children classified as “bastards” or illegitimate by the legal order; and the current feminization of poverty, which disproportionately affects their descendants. Based on a qualitative theoretical-documentary study, developed through a literature review and documentary analysis with a historical-structural approach, grounded in an intersectional perspective, the study examines the continuity between colonial sexual violence, female-headed single parenthood, and contemporary inequalities of race, gender, and class. Data from PNAD 2022 indicate that Black women head 28.37% of Brazilian households and have an average per capita income of BRL 973.00, while households headed by white men reach BRL 2,480.00. Genomic evidence shows that 71% of Brazilian paternal lineages are European, whereas 77% of maternal lineages are of African or Indigenous origin. The feminization of poverty thus expresses the updating of a colonial hierarchy that remains in operation.

Keywords: intersectionality; feminization of poverty; miscegenation; female-headed single parenthood; sexual violence

Resumen

Este artículo sostiene que la feminización de la pobreza en Brasil, especialmente entre mujeres negras e indígenas, no puede comprenderse únicamente como un fenómeno contemporáneo, sino como un desdoblamiento de larga duración del orden colonial. Tres procesos históricamente conectados estructuran este cuadro: el mestizaje producido, en gran medida, por la violencia sexual colonial dirigida contra mujeres negras e indígenas; la formación, desde el Brasil colonial, de arreglos familiares marcados por la monoparentalidad femenina, en los que estas mujeres criaban solas a hijos clasificados como “bastardos” o ilegítimos por el orden jurídico; y la actual feminización de la pobreza, que recae de manera desproporcionada sobre sus descendientes. Con base en una investigación cualitativa de naturaleza teórico-documental, desarrollada mediante revisión bibliográfica y análisis documental de orientación histórico-estructural, sustentada en una perspectiva interseccional, el estudio examina la continuidad entre la violencia sexual colonial, la monoparentalidad femenina y las desigualdades contemporáneas de raza, género y clase. Los datos de la PNAD 2022 indican que las mujeres negras encabezan el 28,37% de los hogares brasileños y tienen una renta per cápita media de R$ 973,00, mientras que los hogares encabezados por hombres blancos alcanzan R$ 2.480,00. Las evidencias genómicas muestran que el 71% de los linajes paternos brasileños son europeos, mientras que el 77% de los linajes maternos tienen origen africano o indígena. La feminización de la pobreza expresa la actualización de una jerarquía colonial que permanece en operación.

Palabras clave: interseccionalidad; feminización de la pobreza; mestizaje; monoparentalidad femenina; violencia sexual.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

1. Introdução

A desigualdade de gênero e raça no Brasil contemporâneo costuma ser tratada como um problema do presente, associado a discriminações atuais, disparidades salariais ou políticas públicas insuficientes. Essa leitura, embora importante, tende a deslocar para o agora aquilo que foi sendo produzido ao longo de séculos, obscurecendo a historicidade das estruturas que sustentam a pobreza feminizada. Este artigo sustenta que as raízes dessas desigualdades se fincam em três séculos de colonização escravista, que edificaram de forma sistemática as condições materiais e simbólicas que perpetuam a pobreza feminizada de hoje. A pesquisa propõe, assim, uma leitura de longa duração: argumenta-se que a feminização da pobreza no Brasil, especialmente entre mulheres negras e indígenas, é herdeira direta de um processo de violência colonial que começa na exploração sexual de seus corpos e se reatualiza, ao longo do tempo, como estrutura de desigualdade.

Nesse contexto, a feminização da pobreza no Brasil, sobretudo entre mulheres negras e indígenas chefes de famílias monoparentais, costuma ser analisada prioritariamente como um fenômeno do presente, associado à inserção precária no mercado de trabalho, à sobrecarga de cuidado e à insuficiência de políticas públicas. Essa leitura, ao concentrar-se em fatores conjunturais, tende a obscurecer a longa duração histórica das estruturas que produziram e sustentam essa desigualdade. Coloca-se, assim, a seguinte situação-problema: até que ponto explicações centradas apenas em determinantes contemporâneos são capazes de dar conta da posição estruturalmente vulnerabilizada ocupada por essas mulheres?

O problema de pesquisa que orienta este artigo consiste em compreender em que medida a violência sexual colonial e a formação de arranjos familiares marcados pela monoparentalidade feminina, desde o período colonial, contribuíram para a configuração da feminização contemporânea da pobreza no Brasil. Pergunta-se, portanto: como a articulação histórica entre violência sexual colonial, monoparentalidade feminina e hierarquias de raça, gênero e classe ajuda a explicar a concentração atual da pobreza entre mulheres negras e indígenas chefes de família?

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

Tomando como ponto de partida a articulação entre três fenômenos historicamente conectados: (i) a miscigenação como resultado predominante de violência sexual colonial sobre mulheres negras e indígenas; (ii) a formação, desde o Brasil Colônia, de famílias monoparentais femininas chefiadas por essas mulheres, cujos filhos, classificados como “bastardos” ou ilegítimos pela ordem jurídica vigente, não tinham reconhecimento paterno; e (iii) a feminização contemporânea da pobreza, que recai de forma desproporcional sobre as descendentes dessas mesmas mulheres racializadas, a centralidade científica e social desse debate se evidencia nos dados.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2022) mostra que mulheres negras chefiam 28,37% dos domicílios brasileiros, o maior grupo entre todos os perfis de chefia, e que a renda per capita nesses domicílios é de R$ 973,00, enquanto nos domicílios chefiados por homens brancos esse valor chega a R$ 2.480,00. Em 2015, 87% das famílias monoparentais eram chefiadas por mulheres, e mais da metade das mães solo negras e pardas vivia abaixo da linha da pobreza. Ao articular esses números com o legado colonial, compreendo-os não como contingências estatísticas, mas como expressão de uma estrutura de dominação que não foi desmontada, apenas reorganizada em novas formas de desigualdade.

Para analisar esse processo, adota-se a perspectiva interseccional como eixo analítico, tal como formulada por Crenshaw (1989), desenvolvida por Collins (2000) e mobilizada no contexto brasileiro por Carneiro (2003) e Gonzalez (2020). Essa abordagem permite evidenciar como opressões de raça, gênero e classe não operam em paralelo, mas se entrelaçam de modo simultâneo e indissociável, produzindo vulnerabilidades específicas que escapam às explicações baseadas em cada eixo isoladamente.

O objetivo geral do artigo é demonstrar, por meio de revisão bibliográfica integrativa e análise documental de base histórico-estrutural, a conexão estrutural entre a violência sexual colonial, a monoparentalidade feminina do período colonial e a feminização contemporânea da pobreza no Brasil. Especificamente, busca-se: (a) analisar a miscigenação brasileira como produto predominante de violência

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

sexual sobre mulheres negras e indígenas; (b) demonstrar a existência histórica da monoparentalidade feminina desde o Brasil Colônia; e (c) evidenciar a continuidade desse legado nos indicadores atuais de pobreza feminizada e racializada.

O texto se organiza em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, articulando os eixos da miscigenação como violência, da monoparentalidade colonial e da feminização da pobreza. Na terceira, descrevem-se os procedimentos metodológicos. Na quarta, discutem-se os resultados à luz do referencial adotado. Na quinta seção, apresentam-se as considerações finais, enfatizando as implicações analíticas e políticas da leitura proposta.

2. Metodologia

2.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza teórico-documental, desenvolvida mediante revisão bibliográfica e análise documental de orientação histórico-estrutural. A revisão bibliográfica foi utilizada para identificar e sistematizar a produção científica pertinente ao objeto de estudo, enquanto a análise documental concentrou-se no exame de documentos históricos, normativos, estatísticos e institucionais, permitindo compreender a permanência de estruturas coloniais na conformação contemporânea da feminização da pobreza. A investigação adota como eixo interpretativo a perspectiva interseccional, articulando as categorias de raça, gênero e classe para a análise das fontes selecionadas.

O delineamento metodológico adotado afasta a configuração de uma revisão integrativa em sentido estrito, uma vez que o objetivo da investigação não consiste na exaustiva identificação e síntese de estudos empíricos mediante protocolo sistemático de busca. O estudo insere-se no campo das pesquisas teórico-documentais, combinando revisão bibliográfica e análise documental para a construção de uma interpretação histórico-estrutural do fenômeno investigado.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

Quanto à finalidade, a pesquisa é classificada como exploratório-explicativa. O caráter exploratório justifica-se pela relativa escassez de estudos que articulem, de forma sistemática e transversal, a violência sexual colonial, a monoparentalidade feminina e a feminização da pobreza sob um mesmo eixo analítico. O caráter explicativo decorre do esforço de identificar e demonstrar as causas estruturais que conectam o passado colonial às desigualdades de gênero e raça verificáveis nos dados contemporâneos (Gil, 2002). Para Gil (2002, p. 42), as pesquisas explicativas têm "como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos".

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica integrativa e em análise documental, instrumentos que permitem o mapeamento das produções teóricas, históricas e estatísticas pertinentes ao tema e possibilitam a reconstituição do percurso histórico-estrutural investigado.

2.2 Método histórico-estrutural e perspectiva interseccional

A pesquisa foi desenvolvida mediante a utilização de dois procedimentos metodológicos complementares. A revisão bibliográfica teve por finalidade identificar, sistematizar e analisar a produção científica e doutrinária relacionada ao objeto de estudo, especialmente as contribuições acerca da violência sexual colonial, da formação histórica da monoparentalidade feminina, da feminização da pobreza e da perspectiva interseccional. Esse procedimento possibilitou a construção do referencial teórico que fundamenta a interpretação do fenômeno investigado.

A análise documental, por sua vez, concentrou-se no exame crítico de documentos históricos, normativos, estatísticos e institucionais, compreendendo legislação, documentos produzidos por órgãos públicos, bases estatísticas oficiais e estudos técnicos utilizados como fontes primárias de informação. Esse procedimento permitiu confrontar a produção teórica com evidências documentais, favorecendo a compreensão das permanências e reconfigurações históricas das desigualdades de raça, gênero e classe no contexto brasileiro.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

A seleção das fontes bibliográficas e documentais foi orientada por critérios de pertinência temática, relevância científica e aderência ao problema de pesquisa. Foram incluídas obras doutrinárias, estudos científicos, documentos históricos, normas jurídicas, relatórios institucionais e bases estatísticas oficiais que abordassem a formação histórica da monoparentalidade feminina, a violência sexual colonial, a feminização da pobreza e as intersecções entre raça, gênero e classe no contexto brasileiro.

Foram privilegiadas fontes primárias e documentos produzidos por instituições oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Arquivo Nacional e periódicos científicos de reconhecida qualidade. Também foram incorporadas obras clássicas e contemporâneas consideradas referências na literatura especializada.

2.3 Procedimentos de coleta e análise

O corpus documental da pesquisa foi composto por quatro conjuntos de fontes complementares: (i) produção bibliográfica especializada sobre colonialismo, relações raciais, interseccionalidade, monoparentalidade feminina e feminização da pobreza; (ii) documentos históricos e normativos relativos à organização social e jurídica do período colonial e às transformações legislativas posteriores; (iii) bases estatísticas e relatórios produzidos por instituições oficiais, especialmente IBGE, PNAD Contínua, IPEA, DIEESE e PNUD; e (iv) estudos científicos nacionais e internacionais utilizados para subsidiar a análise histórica e interdisciplinar do fenômeno investigado, incluindo pesquisas na área de genética populacional, história social, sociologia e estudos de gênero.

A seleção desse corpus buscou assegurar diversidade de fontes e complementaridade analítica, permitindo a articulação entre evidências históricas, jurídicas, estatísticas e bibliográficas para a compreensão da permanência estrutural das desigualdades de raça, gênero e classe no Brasil.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

O procedimento de análise adotado é a análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016). Para essa autora, a análise de conteúdo constitui:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

O processo analítico foi conduzido segundo as três fases propostas por Bardin (2016): (1) pré-análise, correspondente à leitura flutuante do material e à constituição do corpus; (2) exploração do material, etapa de codificação e categorização temática; e (3) tratamento dos resultados, fase de inferência e interpretação. As categorias temáticas analíticas principais foram: violência sexual colonial e miscigenação forçada; monoparentalidade feminina e ilegitimidade no Brasil colonial; continuidade estrutural da desigualdade; e feminização da pobreza e interseccionalidade raça-gênero-classe.

O delineamento metodológico adotado é compatível com pesquisas teórico-documentais desenvolvidas no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, nas quais a construção do conhecimento decorre da análise crítica e integrada da literatura especializada e de documentos relevantes para a compreensão do fenômeno investigado.

3. A colonização violenta como fundamento da miscigenação brasileira

A compreensão da formação étnica do Brasil como resultado de uma confluência pacífica e voluntária de povos foi, durante décadas, sustentada pelo chamado mito da democracia racial. Essa narrativa, porém, entra em choque com evidências históricas e, mais recentemente, genômicas, que indicam que a miscigenação brasileira foi, em larga escala, produto de violência sexual sistemática perpetrada por colonizadores europeus contra mulheres indígenas e africanas escravizadas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

Em estudo publicado na revista Science em 2025, pesquisadores coordenados por Lygia da Veiga Pereira, da Universidade de São Paulo (USP), sequenciaram o genoma de 2.723 brasileiros, constituindo o maior banco de dados genômicos do país. Os resultados são inequívocos: 71% das linhagens do cromossomo Y, transmitido exclusivamente de pai para filho, são de origem europeia, enquanto as linhagens mitocondriais, transmitidas exclusivamente pelas mães, são 42% africanas e 35% indígenas (Pereira et al., 2025). A assimetria é reveladora: os ancestrais masculinos eram predominantemente europeus; as ancestrais femininas eram majoritariamente africanas ou indígenas. Ao comentar os achados, a pesquisadora sintetiza:

> Isso é resultado de um cruzamento que não é natural, reflexo da violência que indígenas e mulheres escravas sofreram. É o DNA confirmando aquilo que a história já contava. Uma cicatriz de violência do nosso país (Pereira, 2025, apud Mundo Negro, 2025).

Esses dados corroboram estudo anterior realizado com 1.247 voluntários, segundo o qual 70% das mães fundadoras eram de origem africana ou indígena e 75% da linhagem paterna era europeia (Ocorre Diário, 2020). A assimetria genética entre linhagens paternas e maternas constitui, nesse sentido, a inscrição biológica de uma estrutura de dominação colonial realizada, entre outros mecanismos, pelo abuso sexual de mulheres racializadas.

Gilberto Freyre, em obra seminal sobre a formação social brasileira, reconheceu, ainda que de forma oblíqua, os abusos sexuais como componente estrutural desse processo. Em Casa-Grande & Senzala, descreve as relações entre senhores e escravas como atravessadas por assimetria absoluta de poder, nas quais o desejo do senhor se impunha pela força (Freyre, 2005). Embora sua interpretação tenha sido criticada por romantizar essas relações, o próprio Freyre fornece material histórico que autoras posteriores relembram à luz da violência de gênero.

O Arquivo Nacional do Brasil, ao tratar da colonização portuguesa, registra que “a miscigenação se deu em parte por aceitação das mulheres indígenas, em parte pelo simples estupro” (Arquivo Nacional, 2021), reconhecendo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

institucionalmente a dimensão coercitiva desse processo. Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling (2019) aprofundam essa análise ao mostrar que a violência sexual colonial não apenas ocorreu, mas foi acompanhada da construção de representações sociais que a legitimavam retrospectivamente:

> Data também desse período a perversa representação da 'mulata' como uma mulher mais 'propensa' à sexualidade e à lascívia. […] Já se delineava nesses primórdios brasileiros uma 'cultura do estupro', como veremos mais à frente, ainda hoje enraizada no país." (SCHWARCZ; STARLING, 2019).

Bell Hooks (2020), ao analisar as representações de mulheres negras na sociedade norte-americana, identifica a subjugação sexual como mecanismo central de controle colonial, análise plenamente aplicável ao contexto brasileiro: "a subjugação através do estupro, servindo como um constante lembrete de sua vulnerabilidade sexual e subserviência ao escravizador" (Hooks, 2020). O estupro aparece, assim, não apenas como ato individual de violência, mas como instrumento político de dominação racial e de gênero.

3.1 A violência sexual colonial e a formação da miscigenação

A violência sexual colonial não se limitava ao plano do ato individual, mas se inscrevia em uma estrutura de poder que transformava os corpos de mulheres negras e indígenas em territórios de conquista e dominação. Sueli Carneiro (2003), em texto fundador do feminismo negro brasileiro, formula de modo preciso a conexão entre violência colonial, miscigenação e construção ideológica da democracia racial:

> No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americano. […] Essa violência sexual colonial é, também, o 'cimento' de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades. (Carneiro, 2003, p. 3).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

Carneiro acrescenta, ao citar Angela Gilliam, que o processo de formação nacional operou o que se denomina “a grande teoria do esperma”: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance” (Gilliam, apud Carneiro, 2003, p. 3). Essa leitura é central para compreender por que a violência fundadora foi, e continua sendo, sistematicamente negada ou estetizada no imaginário nacional brasileiro.

Lélia Gonzalez (2020), por sua vez, identifica no racismo e no sexismo dois eixos simultâneos de opressão colonial, articulados na produção da subalternidade das mulheres negras e indígenas. Sua crítica ao mito da democracia racial o apresenta como ideologia de encobrimento da violência estrutural: ao postular que o Brasil seria uma nação sem hierarquias raciais, esse discurso invisibiliza o sofrimento concreto das mulheres colonizadas e bloqueia o reconhecimento político de sua experiência (Gonzalez, 2020). Ser negra no Brasil colonial significava, portanto, estar submetida a uma dupla coisificação: como força de trabalho e como objeto sexual à disposição do poder patriarcal e escravista.

4. Monoparentalidade feminina no Brasil colonial: os “bastardos” e a chefia feminina

4.1 Estrutura familiar patriarcal e suas fissuras

A historiografia clássica sobre a família brasileira, fortemente influenciada por Gilberto Freyre, consolidou a imagem de uma sociedade organizada em torno da família patriarcal estável. Pesquisas históricas desenvolvidas a partir dos anos 1980, contudo, demonstraram que essa imagem encobria a diversidade real dos arranjos familiares no período colonial. A própria obra de Freyre (2005) contém elementos que contradizem a mitologia da família patriarcal coesa:

> A família patriarcal era constituída a partir de casamentos legítimos, mas o domínio patriarcal se ampliaria através da mestiçagem e de filhos ilegítimos, resultado do poder sexual do senhor sobre suas escravas e mancebas (Freyre, 2005, apud Faria, 2001).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

O concubinato era prática generalizada em diferentes camadas sociais da colônia e gerava um volume expressivo de filhos sem reconhecimento paterno formal. Estudos sobre a família colonial registram que “o concubinato e o adultério geravam um grande número de filhos naturais, frutos de uniões ilegítimas. Muitos proprietários libertavam os filhos ilegítimos gerados com suas escravas no momento do batismo” (Ensinar História, 2021). Essa libertação, entretanto, não implicava reconhecimento jurídico da paternidade nem assunção de responsabilidade pelo sustento, que recaía inteiramente sobre as mães.

A situação jurídica dos filhos de mulheres escravizadas era particularmente precária. Mesmo após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, crianças nascidas de mães escravas continuavam a ser frequentemente vendidas como “filiação desconhecida”, expediente por meio do qual proprietários burlavam a legislação e negavam sistematicamente a paternidade, deixando às mães a responsabilidade exclusiva pela prole.

Eni de Mesquita Samara (1999) e Miriam Correa (1982) demonstram que “as famílias monoparentais e a concubinagem encontravam-se presentes em todo o período colonial, sendo que a sua prática permaneceu nas classes populares e trabalhadoras nos séculos XIX e XX”. Longe de constituir exceção ou desvio, a família chefiada por mulher sozinha integrava, portanto, a própria estrutura da organização social colonial.

4.2 Chefia feminina como fenômeno secular

Os dados históricos disponíveis indicam, de forma consistente, que a chefia feminina de domicílios não é fenômeno recente nem produto exclusivo da modernidade, mas remonta ao período colonial. Woortmann e Woortmann (2004), em estudo publicado pela Universidade de Brasília na Série Antropologia 357, sintetizam esse quadro:

> O material histórico aqui resumido mostra que a chefia feminina não era rara no Brasil colonial e que as mulheres, casadas ou não, tinham considerável autonomia (Woortmann; Woortmann, 2004, p. 6).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

Em Campinas (SP), no século XIX, a proporção de mulheres chefes de domicílio subiu de 10,4% em 1779 para 23% em 1829. Dentre essas mulheres, predominavam viúvas (58%), seguidas por solteiras (30%) e casadas com maridos ausentes (11%) (Woortmann; Woortmann, 2004). Na cidade de São Paulo, entre 1804 e 1836, mais de 40% dos domicílios em alguns bairros eram chefiados por mulheres; 25% das chefes eram mães solteiras, e 60% das filhas dependentes nesses domicílios eram também mães solteiras (Dias, 1984, apud Woortmann; Woortmann, 2004). Em Santana de Parnaíba, em 1820, a chefia feminina chegava a 69% dos domicílios urbanos, dado que fragiliza qualquer interpretação que atribua a monoparentalidade feminina apenas a transformações culturais recentes.

A situação de Tejuco, em Minas Gerais, em 1774, é particularmente reveladora da dimensão racial da chefia feminina colonial. Das 510 residências existentes, 229 eram chefiadas por mulheres, sendo 197 delas negras forras (Ensinar História, 2021), mulheres que haviam conquistado a alforria, mas continuavam em condições de extrema vulnerabilidade material. Os índices de ilegitimidade confirmam o quadro: em Vila Rica, em 1804, 46,3% dos nascimentos eram ilegítimos; em Curitiba, entre 1801 e 1850, esse percentual alcançava 27,4% (Woortmann; Woortmann, 2004).

4.3 O “bastardo” como categoria jurídico-social da ordem colonial

A figura do filho ilegítimo, denominado “bastardo” na legislação e no imaginário social da época, pode ser lida como produto imediato da violência sexual colonial. Crianças nascidas de mulheres escravizadas (mulatos) ou indígenas (caboclos) violentadas por colonizadores ou senhores não tinham identidade paterna reconhecida e dependiam exclusivamente de suas mães para sobreviver. Como sintetiza estudo recente, a mãe escravizada “era obrigada a engravidar e criar filhos frutos de violência sexual. Mesmo no pós-abolição, a violência sexual não cessou, e elas tiveram de continuar engravidando-se e criando esses filhos” (Scielo/RBEUR, 2022).

Pesquisas atuais identificam a herança desse sistema jurídico: “essa conformação familiar foi marginalizada legalmente até metade do século XX,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

quando seus filhos eram denominados bastardos ou ilegítimos" (Periódicos UESB, 2023). A marginalização legal das famílias monoparentais femininas configura, assim, a continuidade normativa de uma exclusão que tem origem na violência colonial e se projeta nas estruturas do Estado brasileiro moderno.

5. Da herança colonial à feminização da pobreza contemporânea

5.1 O conceito de feminização da pobreza

O conceito de feminização da pobreza foi introduzido por Diana Pearce (1978), em artigo publicado na Urban and Social Change Review, ao identificar que a pobreza assumia progressivamente rosto feminino, isto é, concentrava-se de maneira crescente em domicílios chefiados por mulheres. Para a autora, esse processo decorria da combinação de fatores estruturais como discriminação no mercado de trabalho, sobrecarga das mulheres com o cuidado da prole e ausência de políticas de proteção social adequadas.

Marcelo Medeiros e Joana Costa (2008), em texto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sistematizam definições do fenômeno, identificando ao menos seis dimensões analíticas distintas, entre as quais a mais utilizada é o "aumento dos domicílios 'chefiados' por mulheres entre os pobres" (Medeiros; Costa, 2008, p. 2). O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 1995 já apontava que as mulheres compunham 70% dos pobres do mundo (PNUD, 1995, apud IPEA, 2005), consolidando internacionalmente a noção de que a pobreza tem gênero.

5.2 Indicadores contemporâneos

No Brasil, a trajetória dos domicílios chefiados por mulheres nas últimas décadas é clara: em 2001, 26% dos domicílios eram chefiados por mulheres; em 2015, esse percentual alcançou 42,2%, com queda correspondente na chefia masculina (De Souza et al., 2020). Em 2015, entre os domicílios que se autodeclaravam monoparentais, 87% eram chefiados por mulheres (Cavenaghi; Diniz Alves, 2018, apud De Souza et al., 2020).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

A dimensão racial aprofunda esse quadro. Segundo a PNAD Contínua de 2022, 28,37% dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres negras — o maior grupo entre os perfis de chefia (IBGE, 2022). A disparidade de renda é expressiva: a renda domiciliar per capita em domicílios chefiados por mulheres negras é de R$ 973,00, enquanto, nos domicílios chefiados por homens brancos, chega a R$ 2.480,00, diferença de 155% (IBGE, 2022, apud Cuidemos, 2024). O DIEESE (2023) indica que 63,9% das famílias lideradas por mulheres negras recebem até dois salários mínimos. Estudos apresentados no ENECULT/UFBA estimam cerca de 28,9 milhões de famílias chefiadas por mulheres no Brasil, das quais aproximadamente 11 milhões são mães solo; entre estas, 87,2% são pretas ou pardas, e mais da metade vive abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2010).

Os determinantes da pobreza evidenciam a atuação simultânea de variáveis raciais e regionais. Análise econométrica do Informe GEPEC (De Souza et al., 2020) demonstra que a probabilidade de um domicílio ser pobre aumenta em 170% quando localizado nas regiões Norte ou Nordeste. Para mulheres negras, pardas ou indígenas nessas regiões, esse diferencial chega a 145% a mais de probabilidade de pobreza. Em 2018, domicílios chefiados por mães solteiras negras ou pardas com filhos menores de cinco anos apresentavam o maior risco de insegurança alimentar do país (PLOS Global Public Health, 2023).

5.3 A leitura interseccional da pobreza feminina

A compreensão da situação das mulheres negras chefes de domicílio no Brasil contemporâneo exige o recurso ao ferramental teórico da interseccionalidade. Kimberlé Crenshaw (1989) desenvolveu esse conceito para abordar situações em que categorias analíticas isoladas, como raça, gênero ou classe, não dão conta da especificidade das opressões vividas por grupos situados na confluência de múltiplos eixos de discriminação. No caso das mães solo negras e indígenas no Brasil, a pobreza não pode ser explicada apenas pelo gênero, nem apenas pela raça, nem apenas pela classe: é a articulação simultânea desses três eixos que produz sua vulnerabilidade específica.

Lélia Gonzalez (2020) antecipa essa leitura ao identificar a tripla discriminação das mulheres negras no país “Ser negra e mulher no Brasil,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão" (Gonzalez, 2020, p. 131).

Carneiro (2003) reforça que, para as mulheres negras, impõe-se uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas que não pode ser separada de outros eixos opressores. Isso implica reconhecer os limites de políticas públicas universais, que tratam "as mulheres" como grupo homogêneo e ignoram o efeito multiplicador da discriminação racial sobre a desigualdade de gênero.

A abordagem interseccional permite revelar o que os dados agregados ocultam: a feminização da pobreza no Brasil não afeta igualmente todas as mulheres, ela recai de forma desproporcional e estruturalmente determinada sobre aquelas situadas na intersecção das opressões de raça, gênero e classe. Essa distribuição não é acidental; ela atualiza, no presente, uma hierarquia construída ao longo de mais de três séculos de colonização e escravidão.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 A genômica confirma a história: miscigenação como violência documentada

A análise do corpus teórico e documental converge para um ponto central: a miscigenação brasileira, longe de resultar de encontros harmoniosos entre culturas, foi produzida predominantemente pela violência sexual de colonizadores e senhores contra mulheres negras e indígenas. O estudo genômico de Pereira et al. (2025) oferece, nesse contexto, a evidência científica mais robusta: a assimetria entre as linhagens paternas (71% europeias) e maternas (77% africanas ou indígenas) da população brasileira constitui a inscrição biológica de uma estrutura de poder que dificilmente comporta outra explicação plausível.

Esse dado articula-se de forma consistente com as fontes históricas e teóricas analisadas. Carneiro (2003), Gonzalez (2020), Schwarcz e Starling (2019) e o próprio Arquivo Nacional (2021) convergem no diagnóstico de que a violência sexual colonial não foi acidente nem desvio, mas componente estrutural do sistema

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

de colonização e escravidão. O que o DNA dos brasileiros explicita, portanto, é a continuidade empírica da história que pensadoras negras já haviam narrado a partir de suas experiências e análises.

A produção ideológica que encobriu essa violência, o mito da democracia racial operou, como argumenta Carneiro (2003), por meio da conversão da violência em romance: ao representar a miscigenação como fusão voluntária e o colonizador como sedutor, e não como estuprador, esse mito apagou as vítimas e conferiu legitimidade retrospectiva ao agressor. As consequências políticas são imediatas: ao obscurecer a dimensão violenta da formação nacional, o mito naturaliza hierarquias raciais e dificulta o reconhecimento das desigualdades estruturais delas derivadas.

Ao articular esses elementos, é possível compreender que a violência sexual colonial não produziu apenas uma marca genética na população brasileira, mas instituiu uma lógica específica de organização da vida social: homens brancos como detentores do poder sexual, econômico e jurídico; mulheres negras e indígenas como corpos disponíveis, cuidadoras compulsórias e responsáveis solitárias pela prole que deles resultava. Essa assimetria fundadora ajuda a explicar por que, desde o período colonial, se consolidam arranjos familiares monoparentais femininos racializados e uma divisão sexual e racial do trabalho que empurra essas mulheres para posições de subalternidade extrema. É precisamente essa combinação, monoparentalidade feminina, sobrecarga de cuidado e inserção precária no mercado de trabalho, que, atualizada em outros contextos históricos, aparece hoje nos indicadores da feminização e racialização da pobreza no Brasil.

6.2 A monoparentalidade colonial: um fenômeno histórico documentado

Os dados históricos mostram que a chefia feminina de domicílios no Brasil não é, como muitas vezes se supõe, produto exclusivo da modernidade tardia ou de mudanças culturais recentes. Trata-se de uma estrutura de longa duração, cujas raízes se encontram na própria organização do sistema escravista colonial. Em Tejuco (1774), Campinas (século XIX), São Paulo (1804-1836) e Santana de Parnaíba (1820), as séries documentais convergem: mulheres negras e pardas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

chefiavam seus lares sozinhas, sem reconhecimento paterno para seus filhos, em condições de extrema vulnerabilidade material.

A conexão entre essa realidade e a violência sexual colonial é direta. O senhor que violentava uma escravizada não apenas cometia um ato individual de violência; ele produzia, sistematicamente, um filho sem pai reconhecido, uma família sem estrutura biparental e uma mulher com responsabilidade integral pela prole, sem qualquer suporte jurídico, econômico ou social. A "bastardização" dos filhos de mulheres escravizadas ou indígenas não era acidente da ordem colonial, mas mecanismo de controle que mantinha mulheres racializadas em posição permanente de dependência e vulnerabilidade.

A marginalização jurídica dessas famílias prolongou-se muito além da abolição da escravatura. Como identificam estudos recentes, a conformação familiar monoparental feminina "foi marginalizada legalmente até metade do século XX, quando seus filhos eram denominados bastardos ou ilegítimos" (Periódicos UESB, 2023). A Constituição Federal de 1988 representou uma ruptura formal ao equiparar direitos de filhos legítimos e ilegítimos, mas a mudança normativa não bastou para desfazer as consequências materiais de séculos de exclusão.

6.3 A feminização da pobreza como herança estrutural

Como foi demonstrado nas seções anteriores, a estrutura que hoje identifica a mulher negra como chefe de domicílio pobre é a forma contemporânea de uma ordem colonial que combinava violência sexual, negação da paternidade e exploração do trabalho reprodutivo dessas mulheres.

Os dados contemporâneos sobre pobreza feminizada e racializada no Brasil podem ser lidos como o espelho invertido dos registros históricos sobre monoparentalidade colonial: a estrutura se repete, com sujeitos sociais semelhantes, em temporalidades distintas. A mulher negra que hoje chefia sozinha um domicílio com renda per capita de R$ 973,00 (IBGE, 2022) é, simbolicamente e muitas vezes genealogicamente, descendente da mulher escravizada ou indígena que, no Brasil colonial, criava sozinha os filhos gerados pela violência do senhor branco.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

Carneiro (2003) identifica essa continuidade no próprio mercado de trabalho: mulheres negras que, no passado, estavam “a serviço de frágeis sinhazinhas e senhores tarados” são, no presente, “empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas” (CARNEIRO, 2003, p. 5). A passagem do trabalho escravizado ao trabalho doméstico assalariado não rompeu a hierarquia racial; apenas lhe conferiu nova forma jurídica. Hoje, o trabalho doméstico permanece como uma das principais ocupações de mulheres negras no Brasil, marcado por alta informalidade, baixa remuneração e acesso restrito a direitos trabalhistas.

A perspectiva interseccional permite precisar que a feminização da pobreza no país não é um fenômeno de gênero isolado, mas de gênero-raça-classe. Mulheres negras e indígenas chefes de domicílio monoparental concentram algumas das piores condições de vida do território nacional. A probabilidade de um domicílio ser pobre é 145% maior para mulheres negras no Norte/Nordeste em relação a suas contrapartes brancas no Sul/Sudeste (De Souza et al., 2020), e 63,9% das famílias chefiadas por negras recebem até dois salários mínimos (DIEESE, 2023). Esses números não são estatísticas neutras: quantificam uma injustiça histórica cuja origem remonta ao período colonial.

7. Considerações Finais

Este artigo buscou demonstrar que a feminização da pobreza no Brasil, em particular entre mulheres negras e indígenas que chefiam sozinhas seus lares, não é um fenômeno circunscrito ao presente, mas a atualização contemporânea de uma estrutura colonial de dominação constituída ao longo de mais de três séculos. Mostrei que a miscigenação brasileira, documentada pela genômica contemporânea como resultado predominante da violência sexual sobre mulheres racializadas (Pereira et al., 2025), engendrou, desde o período colonial, uma estrutura de monoparentalidade feminina cujas marcas aparecem nos dados históricos de Tejuco, Campinas, São Paulo e dezenas de outras localidades. Essa estrutura não foi encerrada pela abolição da escravatura em 1888: ela se

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

reconfigurou nas hierarquias do mercado de trabalho, na marginalização jurídica das famílias monoparentais e na concentração da pobreza entre mulheres negras.

A perspectiva interseccional, adotada como eixo analítico transversal, mostrou-se crucial para apreender a especificidade desse processo. Ao longo do texto, procurei evidenciar que raça, gênero e classe não operam como eixos separados, mas como dimensões que se articulam simultaneamente, produzindo a posição estrutural singular das mães solo negras e indígenas no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, políticas públicas que abordam a pobreza ou a desigualdade de gênero de forma isolada, sem considerar o eixo racial, tendem a ser sistematicamente insuficientes para enfrentar um problema cuja gênese é, desde a origem, interseccional.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui para o campo dos estudos de gênero, raça e desigualdade social ao articular, sob um mesmo eixo analítico, três vertentes de pesquisa que frequentemente permanecem apartadas: a historiografia da família colonial brasileira, os estudos sobre violência colonial e miscigenação e a literatura contemporânea sobre feminização da pobreza. Ao aproximar esses campos, busquei tornar visível a continuidade estrutural de um processo que, quando fragmentado em especialidades disciplinares, perde inteligibilidade histórica e política.

Como agenda para investigações futuras, destaco três frentes. A primeira é o desenvolvimento de estudos longitudinais que rastreiem a transmissão intergeracional da pobreza entre famílias monoparentais femininas negras. A segunda consiste em análises regionalizadas que considerem as especificidades das regiões Norte e Nordeste, onde o impacto da intersecção entre raça, gênero e pobreza tende a se manifestar de forma mais aguda. A terceira envolve avaliações de impacto de políticas públicas de cuidado e renda sobre a situação das mães solo negras, de modo a testar empiricamente em que medida essas iniciativas conseguem tensionar a reprodução dessa estrutura histórica. Em síntese, sustento que a feminização da pobreza no Brasil não é apenas um problema do presente, mas o presente de uma violência que começou no passado colonial; enquanto essa

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

historicidade não for reconhecida, as respostas institucionais tenderão a permanecer parciais e insuficientes.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Mulheres na Colônia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 3 dez. 2021. Disponível em: https://historialuso.an.gov.br . Acesso em: abr. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/. Acesso em: abr. 2026.

CAVENAGHI, Suzana; DINIZ ALVES, José Eustáquio. **Famílias monoparentais femininas, pobreza e vulnerabilidade**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** 2. ed. New York: Routledge, 2000.

COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: população (1719-1826). São Paulo: IPE/USP, 1979.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.** University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRESWELL, John W**. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUIDEMOS. **Equidade para famílias monoparentais**: questão de gênero e raça. Cuidemos, 6 fev. 2024. Disponível em: https://cuidemos.com.br/equidade-para-familias-monoparentais-questao-de-genero-e-raca/. Acesso em: abr. 2026.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS — DIEESE. **Mulheres no mercado de trabalho**. Boletim Especial. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023/. Acesso em: abr. 2026.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1975. 2 v.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — PNAD Contínua 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA — IPEA. **A situação social no Brasil**. Nota Técnica. Brasília: IPEA, 2005.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. **O que entendemos por feminização da pobreza**. One Pager, Brasília: IPEA, n. 35, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br. Acesso em: abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MUNDO NEGRO. **Miscigenação forçada**: estudo inédito revela que linhagem paterna europeia e materna de negras e indígenas marcam DNA brasileiro. Mundo Negro, São Paulo, 16 maio 2025. Disponível em: https://mundonegro.inf.br/miscigenacao-forcada-estudo-inedito-revela-que-

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

linhagem-paterna-europeia-e-maaterna-de-negras-e-indigenas-marcam-dna-brasileiro/. Acesso em: abr. 2026.

OCORRE DIÁRIO. **DNA do Brasil**: pesquisa aponta miscigenação oriunda de estupro de mulheres negras e indígenas. Ocorre Diário, 1 dez. 2020. Disponível em: https://ocorrediario.org/dna-do-brasil-pesquisa-aponta-miscigenacao-oriunda-de-estupro-de-mulheres-negras-e-indigenas/. Acesso em: abr. 2026.

PEARCE, Diana. **The feminization of poverty:** women, work, and welfare. Urban and Social Change Review, Boston, v. 11, n. 1-2, p. 28-36, 1978.

PEREIRA, Lygia da Veiga et al**. Genomic portrait of the Brazilian population**. Science, Washington, D.C., v. 388, n. 6743, 2025.

PERIÓDICOS UESB. SILVA, Renata; MENEZES, Cristiane. **Mães Solo**: disputas e embates da monoparentalidade feminina na sociedade patriarcal. Odeere — Periódicos UESB, Vitória da Conquista, v. 8, n. 2, 2023. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/16030. Acesso em: abr. 2026.

PLOS GLOBAL PUBLIC HEALTH. **Gender, skin color, and household composition explain inequities in food insecurity in Brazil.** PLOS Global Public Health, v. 3, n. 10, 2023. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10547153/. Acesso em: abr. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO — PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 1995**: gênero e desenvolvimento humano. Nova York: PNUD, 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família brasileira. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCIELO/RBEUR. SANTOS, Andressa; SILVA, Claudia. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 24, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeur/a/fCbpyXCkGTFgKnjJgwnfwdN/. Acesso em: abr. 2026.

SOUZA, Virginia de et al. **A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes**. Informe GEPEC, Toledo, v. 24, n. 1, p. 156-175, 2020. Disponível

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 07/06/2026 - **Accepted:** 06/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/xaj7x347
Pages: 1-24

em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22710. Acesso em: abr. 2026.

UFES/ABEPSS. **A trajetória histórica da violência de gênero no Brasil**. *In*: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória: UFES/ABEPSS, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22225. Acesso em: abr. 2026.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. **The integrative review: updated methodology. Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. **Monoparentalidade e chefia feminina**: conceitos, contextos e circunstâncias. Brasília: UnB, 2004. (Série Antropologia, n. 357). Disponível em: http://www.dan2.unb.br/images/doc/Serie357empdf.pdf. Acesso em: abr. 2026.